

Ata da 2ª da reunião do CONDEPH - Conselho Municipal de Defesa e Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural

No décimo primeiro dia do mês de março do ano de dois mil e vinte e um, às dez horas da manhã acontece o segundo encontro do CONDEPH - Conselho Municipal de Defesa e Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural. A reunião se inicia com as palavras de saudação do presidente Harrison Camargo, após o mesmo expõe as pautas a serem discutidas. Vinicio Bruni toma a palavra e explica que seria mais produtivo e interessante para o conselho que as pautas sejam reveladas com antecedência, logo mais o presidente Harrison retorna a palavra e apresenta a convidada Danielle Cedro, arquiteta e diretora do departamento de patrimônio histórico-cultural, da SECULTUR - Secretaria Municipal de Cultura e Turismo. Contudo, dando seguimento à reunião os conselheiros passam a avaliar o processo administrativo 17493/2020, referente a isenção de IPTU. No processo, a arquiteta Camila Souza expõe o parecer técnico perante a lei de preservação. Ela alega que o imóvel não está em conformidade para usufruir do desconto. A votação é aberta aos conselheiros, logo

Rhenne Hamud se abstém de seu voto;

Vinicio Bruni avalia em trinta por cento de desconto;

Rodrigo avalia e acredita que não está em conformidade;

João Castilho avalia em trinta por cento de desconto;

Após as votações entrarem em empate, o presidente Harrison por protocolo desempata e avalia em trinta por cento de desconto.

Em sequência, o presidente Harrison inicia a segunda e última pauta da reunião sobre o projeto de alteração da lei de incentivo fiscal e pede ao Rhenne Hamud que conduza o projeto e também questiona se outros conselheiros podem auxiliá-lo. O presidente também sugeriu a criação de uma agenda com os cronogramas e estágios que o projeto se encaminha. O conselheiro Vinicio se dispõe a auxiliar nesse projeto de alteração da lei e sugere a participação popular, de representantes e simpatizantes da preservação patrimonial, como: proprietários de edificações históricas, arquitetos locais, empresários e setor imobiliário. Amauri Domingues, presidente e diretor da câmara setorial de imobiliárias da ACIAP - Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Paranaguá, foi citado para ser um dos representantes do setor imobiliário. Diante disso, a comissão do projeto, Rhenne Hamud, Vinicio Bruni e Camila Souza, serão responsáveis em um prazo de trinta dias para apresentar a minuta de alteração da lei.

Às dez horas e vinte e seis minutos, o presidente abre a reunião para questionamentos e dúvidas, mas não houve manifestações. Após a reunião foi encerrada com os agradecimentos do presidente.

Harrison Moreira de Camargo

Presidente do Conselho Municipal de Defesa e Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural